

Contrários à reforma da Previdência, servidores dobraram bancada na Câmara

Parlamentares ligados ao funcionalismo passam de 35 para 70, o que pode dificultar mudança de regras

Maeli Prado

Os servidores públicos, uma das categorias que mais lutaram contra a reforma da Previdência durante o governo Michel Temer, dobrarão sua bancada de deputados federais a partir de 2019.

Isso pode dificultar a aprovação de mudanças na aposentadoria do funcionalismo.

Dados do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) mostram que, enquanto o pleito de 2014 elegeu 35 deputados diretamente ligados ao serviço público, nestas eleições esse número saltou para 70.

Dos servidores que garantiram seu lugar na Câmara dos Deputados, metade é ligada à segurança: são policiais militares, federais, civis e

rodoviários ou mesmo militares, muitos deles beneficiados pela onda Jair Bolsonaro.

Não por acaso, 22 pertencem à legenda do capitão, o PSL (Partido Social Liberal).

“Houve um aumento claro no número de servidores eleitos, e isso aconteceu por causa da bancada da segurança”, diz Neuriberg Dias, analista político e assessor do Diap.

Na avaliação dele, a tendência é que esse grupo pressione pela manutenção das regras de aposentadoria dos servidores.

“Muitos deles serão interlocutores próximos do Poder Executivo e deverão pressionar para que as regras sejam mantidas.”

A posição de Bolsonaro sobre o status do funcionalismo mudou radicalmente no espaço de uma semana.

Sete dias após atacar os

privilegios dos servidores, que ele classificou de marajás logo depois do primeiro turno, o capitão reformado minimizou a necessidade de mudanças na Previdência de servidores, em especial dos militares, durante entrevista ao SBT.

“Não podemos adotar remendo novo em calça velha, não podemos penalizar quem já tem direito adquirido, o próprio servidor público já sofreu duas reformas previdenciárias. Podemos mexer alguma coisa, sim, temos ideias e propostas nesse sentido, mas ninguém será penalizado”, afirmou.

Na avaliação de sindicalistas ligados a servidores ouvidos pela reportagem, que preferiram não se identificar, o discurso foi suavizado por causa de pressão que o candidato sofreu da bancada da bala, policiais e militares.

Por outro lado, o fato de que muitos dos servidores eleitos serão parte da base de um eventual governo Bolsonaro também significa que o





Poder Executivo exigiria deles um alinhamento maior com suas propostas.

“Eles serão base do governo e terão de dar exemplo”, lembra Leonardo Rolim, consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados e especialista em Previdência. “Isso aconteceu com o PT logo que Lula entrou em 2003.”

A maior reforma da aposentadoria do funcionalismo aconteceu há 15 anos, quando foi criada a previdência complementar dos servidores para tentar equilibrar as contas no longo prazo.

Por esse modelo, válido somente para pessoas que entraram no serviço público após 2003, a União paga benefícios imitados pelo teto do INSS, hoje de R\$ 5.645,81.

Mesmo assim, cálculos feitos pela consultoria de Orçamento da Câmara mostram que a aposentadoria de um funcionários público da União custa três vezes mais aos cofres públicos do que a de um trabalhador da iniciativa privada.

Se esse servidor for um militar,

esse montante é quase cinco vezes maior.

A reforma previdenciária de Temer, que não foi aprovada por causa das duas denúncias contra o presidente, previa mudanças que permitiriam economia de R\$ 88 bilhões com servidores no espaço de dez anos.

Ou seja, um valor muito menor do que os quase R\$ 500 bilhões em uma década com a reforma do regime geral de Previdência, mas uma sinalização importante do compromisso de toda a sociedade com as mudanças.

Bolsonaro já indicou que, se eleito, não colocará em votação a reforma de Temer.

O seu coordenador político de campanha, Onyx Lorenzoni (DEM-RS), foi além e classificou o projeto como “uma porcaria”.

O programa de governo do capitão reformado defende mudança no atual modelo de Previdência, conhecido como de repartição, no qual os trabalhadores ativos financiam a aposentadoria dos inativos.

A proposta é a introdução do modelo de contas individuais de capitalização, no qual cada trabalhador financia sua própria aposentadoria.

O modelo, entretanto, só seria eficiente no longuíssimo prazo, o que levanta dúvidas sobre quais medidas mais imediatas seriam tomadas.

A proposta do candidato Fernando Haddad (PT) é mais genérica e fala em promover equilíbrio e justiça nas aposentadorias.

O programa defende medidas “para combater, na ponta dos gastos, privilégios previdenciários incompatíveis com a realidade da classe trabalhadora”.

O texto também propõe convergência dos regimes de aposentadoria de servidores da União, estados e municípios com o regime geral.

“Se o Haddad ganhar, haverá uma oposição ainda mais forte que hoje a uma reforma previdenciária”, avalia Rolim.





Policiais e militares ampliam espaço

70

servidores foram eleitos deputados federais em 2018

22

dos eleitos neste ano compõem a bancada do PSL, de Jair Bolsonaro, e são, na maioria, policiais ou militares

35

eram os funcionários públicos parlamentares na Câmara na atual legislatura

Paulista ganha mais ao obter aposentadoria com regra 85/95

Cristiane Gercina

Os segurados do estado de São Paulo que conseguiram a aposentadoria com a fórmula 85/95 nos últimos três anos receberam um benefício maior do que os trabalhadores do restante do país que se aposentaram com essa mesma regra.

Criado em junho de 2015, o 85/95 garante a aposentadoria sem desconto para quem, na soma da idade com o tempo de contribuição, atingir 85 pontos, para as mulheres, ou 95 pontos, no caso dos homens.

Segundo dados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), em média, o homem com a soma 95 em São Paulo tem benefício de R\$ 3.039, ante R\$ 3.009 da média nacional.

A diferença é de R\$ 30 por mês e de R\$ 390 no ano, contando o 13º.

Já no caso das mulheres, a vantagem é maior. Em média, as paulistas que somam 85 pontos ganham R\$ 2.809, ante R\$ 2.634 do resto do país. A diferença é de R\$ 175 por mês e R\$ 2.275 no ano.

Para o advogado Roberto de Carvalho Santos, do Ieprev (Instituto de Estudos Previdenciários), a

fórmula 85/95 é benéfica ao trabalhador, pois faz com que o segurado que começou a trabalhar mais cedo tenha um benefício mais justo.

Ele reconhece, no entanto, que a regra aumenta os gastos públicos. Em sua opinião, o governo precisa pensar formas de elevar a arrecadação do INSS, mas o que se vê hoje são falhas que podem prejudicar ainda mais os cofres públicos.

Ele cita como exemplo a reforma trabalhista. Para o especialista, com o trabalho intermitente, que tem pendências na regulamentação previdenciária, a Previdência vai perder ainda mais.

Antes da regra 85/95, sobre a aposentadoria incidia o fator previdenciário.

Os segurados que tinham o direito de se aposentar pelo 85/95 após junho de 2015 e tiveram o fator aplicado na aposentadoria podem pedir revisão.

Para isso, devem ter se aposentado a partir do dia 18 de junho de 2015 e ter certeza de que já tinham direito à regra mais vantajosa.

Desde que o 85/95 foi implementado, em junho de 2015, 179.752 segurados conseguiram a aposentadoria integral no estado de São Paulo.

No país, o total de benefícios sem o desconto do fator previdenciário foi de 375 mil desde 2015.

Estudo do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) diz que a Previdência deve gastar R\$ 77,9 bilhões com essas aposentadorias até 2046.

Os meses de idade e de contribuição também são somados na hora de o INSS calcular se o segurado tem direito ao 85/95.

Nesse caso, um homem com 35 anos e seis meses de contribuição, que tem 58 anos e seis meses de idade, consegue o benefício sem desconto do fator.

Por isso, o segurado deve incluir todo o tempo de trabalho possível, como as atividades que teve na adolescência, o tempo em que atuou em atividade prejudicial à saúde, o serviço militar.

Caso contrário, terá a aplicação do fator previdenciário em sua renda.

Agora





Regra dá benefício maior ao aposentado do INSS

Vigência

- Desde que foi implementada, em junho de 2015, a fórmula 85/95 beneficiou 179.752 trabalhadores no estado de São Paulo
- Além de conseguir uma aposentadoria sem desconto do fator previdenciário, os paulistas têm benefício médio maior do que os demais segurados do país

Valor maior

R\$ 3.039,30

é a aposentadoria média do homem que consegue o benefício pelo 85/95 em São Paulo

R\$ 2.809,71

é o benefício médio da mulher que se aposenta pelo 85/95 em São Paulo

Valor menor

Dados nacionais mostram que os segurados que se aposentam pelo 85/95 conseguem um benefício médio de:

R\$ 3.009

é o valor médio pago no país no caso dos homens

R\$ 2.634

é o valor médio pago no caso das mulheres

Fontes: INSS (Instituto Nacional do Seguro Social)